

Sarney: força das palavras e das idéias constrói a nação

O Congresso Nacional realizou ontem sessão solene para celebrar os 180 anos do Poder Legislativo. Emocionado, o presidente do Senado, José Sarney, destacou que o Brasil foi construído não em batalhas campais, mas dentro do Parlamento



Páginas 4 e 5



Fotos: Márcia Kollme

INTERESSE Plenário da Câmara dos Deputados ficou lotado para a solenidade

REFORMAS



Gerardo Magalhães

DIÁLOGO Governo e oposição buscam entendimento a fim de aprovar mudanças

Avança acordo para votação das emendas até o fim do ano

Página 3



HISTÓRIA Ao lado de João Paulo, Sarney destaca ação do Legislativo

Tuma aponta relação entre Parlamento e democracia

Página 4

Demostenes: governo expõe humor fascista

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) rebateu ontem nota publicada na *Folha de S. Paulo*, no último dia 31, atribuída ao deputado Devanir Ribeiro (PT-SP), segundo a qual o senador, quando



Demostenes: nota é represália por críticas a Lula

foi secretário de Segurança Pública e Justiça de Goiás, teria sido "leniente com o crime organizado". O senador afirmou que "se trata de clamorosa distorção dos fatos".

Demostenes relatou que já estava afastado do cargo havia oito meses quando ocorreu o fato que motivou a observação de Devanir. Em 12 de novembro de 2002, narrou, a Polícia Federal prendeu 31 policiais, em seis estados, por envolvimento com roubo de cargas. A Delegacia de Furtos e Roubo de Veículos de Goiás era um dos focos de infiltração do crime organizado. O secretário de Segurança Pública do estado na época, e até hoje, é Jônathas Silva, que, assim como o governador Marconi Perillo (PSDB), afirmou Demostenes, agiu com muita correção e rigidez na solução do problema.

O senador acredita que a nota foi represália a comentário feito por ele de que "viajar é a parte mais apazível do exercício do poder". Demostenes recomendou ao Planalto montar a "Lulatur". A seu ver, não é a primeira vez que o governo "expõe humores fascistas quando uma voz quebra a rotina de unanimidade".

Agripino quer debater empréstimo consignado

Intenção do líder do PFL é evitar que discussão de medida provisória fique restrita ao Plenário

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), reivindicou a instalação de uma comissão mista para discutir projeto oriundo da Medida Provisória nº 130, que permite aos trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) autorizarem o empregador a descontar, em folha de pagamento, prestações de empréstimos e financiamentos. A matéria (PLV nº 25/03) está



CRÍTICA Comissão mista é o fórum apropriado para análise prévia de MPs, afirma Agripino

trancando a pauta do Senado. Em vez de deixar a discussão do PLV para o Plenário, como, segundo Agripino, seria de interesse dos governistas, o PFL

defende a comissão mista como o fórum apropriado de debate.

Já é prática do governo editar medida provisória e não estimular o debate na comissão mista – afirmou, observando que seu partido não vai aceitar essa regra, por questionar alguns dispositivos do projeto.

Agripino também aproveitou a oportunidade para voltar a criticar as decisões recentes do governo sobre beneficiários idosos da Previdência e o veto ao projeto sobre destinação de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef) a entidades de ensino dedicadas a portadores de deficiência.

Aumento da Cofins chega a 153%, diz Pavan

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) considerou um equívoco a decisão do governo de editar a medida provisória (MP) que acaba com a cumulatividade na cobrança da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Ele explicou que o problema não reside no objetivo principal, que, segundo Pavan, é uma antiga reivindicação das classes produtoras, mas sim



Para Pavan, medida é uma minirreforma

no fato de o governo haver elevado a alíquota da Cofins em 153,3% sobre o valor original.

Conforme o senador, os maiores prejudicados com a medida (MP nº 135/03) serão os prestadores de serviços, que não têm nada a descontar de recolhimentos anteriores. O parlamentar também critica o fato de a medida realizar uma minirreforma, exatamente no momento em que a proposta de reforma tributária, encaminhada pelo governo, está sendo avaliada pelo Congresso Nacional.

Antero alerta para conflito em Mato Grosso

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) fez ontem um apelo para que a Mesa do Senado solicite providências urgentes do governo quanto a conflitos de terras que estão ocorrendo em São Félix do Araguaia (MT). O senador disse ter sido informado pelo bispo da região, dom Pedro Casaldáliga, de que a BR-158 está interdita e que o confronto entre índios e posseiros que invadiram uma reserva, na região do Xingu, é iminente.

Segundo Antero, foi organizada uma grande invasão de área indígena por grandes posseiros, que usam pequenos proprietários como "bucha de canhão". Os índios xavantes, donos legais da terra, querem de volta seu território. Antero afirmou que já solicitou providências do Ministério da Justiça, Polícia Federal e Fundação Nacional do Índio (Funai).

Agenda

Plenário realiza sessão não deliberativa

A sessão de hoje, com início previsto para as 9h, será não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos parlamentares, não havendo votação de matérias. Os primeiros senadores inscritos para discursar na tribuna são Hélio Costa (PMDB-MG) – foto – e Paulo Paim (PT-RS). Os trabalhos do Plenário podem ser acompanhados ao vivo pela TV e pela Rádio Senado.



Encontro Nacional dos Legislativos

Será realizado hoje, a partir das 9h, o segundo dia do Encontro Nacional dos Legislativos. Voltado exclusivamente para parlamentares, o evento faz

parte das comemorações dos 180 anos do Legislativo e discute, entre outros temas, a reforma política, o pacto federativo e o sistema eleitoral brasileiro.

Atendimento ao cidadão

O serviço A Voz do Cidadão, da Subsecretaria de Relações Públicas do Senado, recebe ligações da população no telefone 0800 612211, durante 24 horas. A Câmara dos Deputados também oferece esse atendimento, pelo número 0800 619619.

Música na TV Senado

O programa *Conversa de Música*, hoje às 21h30, apresenta peças de música instrumental. Às 24h, a TV Senado exibe o programa *Quem tem medo da música clássica?*, em que o ex-senador Arthur da Távola detalha a obra de Astor Piazzolla.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

REFORMAS

Duas reuniões envolvendo líderes partidários e senadores buscaram ontem viabilizar o entendimento para que o exame das propostas tributária e previdenciária seja concluído pelo Senado até o fim deste ano

Paim insiste em aperfeiçoar proposta

Ao prever que a reforma da Previdência ainda será objeto de longo debate no Senado, o senador Paulo Paim (PT-RS) avisou ontem que quem pensa que as reformas constitucionais já estão aprovadas está equivocado. Ele voltou a criticar a falta de coerência na forma como as propostas de emenda à Constituição da reforma da Previdência e da reforma tributária estão tramitando no Senado.

– Quem pensa que as reformas já estão aprovadas está enganado. Se quiserem fatar a reforma tributária, terão que fatar também a reforma da Previdência. Não aceito pesos e medidas diferentes. O tratamento dado a uma deve ser dado à outra. Não podemos ter a cada momento posições diferentes, pelo menos com relação ao processo de tramitação das matérias nesta Casa.

Paim disse que não há tempo hábil para votar as reformas, especialmente se não houver boa vontade dos envolvidos nas negociações. Ele defendeu que o governo abra a possibilidade de a reforma previdenciária ser aperfeiçoada.

– A PEC 67 tem problemas seriíssimos, caso contrário não teria 336 emendas. Ninguém aqui tem 49 votos (necessários para a aprovação de uma PEC). O bom negociador vai insistir até o último momento para construir um entendimento. Caso não seja possível, por incompetência das duas partes, a saída é ir para o voto.

Em apartes ao discurso de Paim, manifestaram-se Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Ideli Salvatti (PT-SC), Heloísa Helena (PT-AL) e Demostenes Torres (PFL-GO).



ALERTA Segundo Paulo Paim, emenda da Previdência tem problemas seriíssimos

Avança acordo para votação da tributária

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), o relator da reforma tributária, Romero Jucá (PMDB-RR), e os senadores Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA) anunciaram ontem que avançaram as negociações para um acordo em relação à reforma tributária.

Pontos essenciais ao equilíbrio fiscal de curto prazo, como a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), poderão ser aprovados até o fim do ano, desde que a reforma inclua mudanças estruturais, como a criação do Imposto sobre Valor Agregado

(IVA), a ser adotado até 2007.

– Percebemos hoje com muita clareza a abertura do diálogo por parte do governo em discutir as propostas de reforma tributária de minha autoria e a do senador Rodolpho Tourinho – disse Jereissati após reunião no gabinete de Mercadante.

Segundo Tasso Jereissati e Rodolpho Tourinho, a base do governo assimilou a idéia de que as mudanças na tributação não sejam apenas emergenciais, e levem em conta as necessidades do contribuinte, com diminuição da carga de impostos e da sonegação. Mercadante classificou o acordo

como o estabelecimento de um “processo”.

Seriam aprovados, para valer em 2004, a prorrogação da CPMF, a desoneração das exportações, o repasse aos estados de recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e a Desvinculação de Receitas da União (DRU). Para implantação a partir de 2005, seria aprovada a unificação, em apenas cinco, das 44 alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). E para implantação em 2007 a substituição do ICMS e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) pelo IVA.



DIÁLOGO Líderes partidários reúnem-se no gabinete de Jereissati para debater cronograma das reformas

Previdência poderá ser votada no dia 25

A reforma da Previdência deverá ser votada em primeiro turno no Plenário do Senado no próximo dia 25, afirmou o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP). A informação foi dada ontem por Mercadante após uma reunião de líderes no gabinete do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Participaram da reunião, além de Mercadante e Jereissati, os líderes do PT no Senado, Tião Viana (AC); do PSDB, Arthur Virgílio (AM); do PFL, José Agripino (RN); do PMDB, Renan Calheiros (AL); e da Minoria, Efraim Morais (PFL-PB). A reunião foi convocada para tentar resolver as votações das reformas da Previdência e tributária no Senado.

Segundo Mercadante, os líderes evoluíram para um acordo de procedimento e não de mérito. José Agripino disse que

foi retomado o diálogo entre governo e oposição.

As votações das duas reformas constitucionais – Previdência e tributária –, segundo Agripino, poderão ser concluídas até o final do ano se houver negociação com o governo. “Essa possibilidade é diretamente proporcional à boa vontade do governo para negociar”, afirmou o líder do PFL.

Durante a reunião, a oposição manteve-se contrária à chamada PEC paralela de reforma da Previdência (nº 77/03), defendendo a inclusão de emendas modificativas na PEC original. O governo, entretanto, também continua a não aceitar mudanças na PEC original (nº 67/03) para evitar que a matéria seja devolvida à Câmara dos Deputados para nova votação. Mercadante observou, no entanto, que “o governo está abert-

to a outros instrumentos de negociação”.

Quanto à reforma tributária, os líderes estão buscando um acordo de mérito. Sobre a questão da dificuldade para a instalação de comissões mistas que analisam medidas provisórias (MPs), Mercadante disse que o problema existe desde o governo passado e que a votação da PEC nº 27/03 – que está na pauta do Plenário do Senado – deve resolver essa questão, estabelecendo a alternância da votação das MPs pela Câmara e pelo Senado.

Essa discussão surgiu devido ao fato de não ter havido quórum para a instalação da comissão da medida provisória editada pelo governo que elevou a alíquota da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) de 3% para 7,6%.



BALANÇO Mão Santa diz que cobrança de dívidas garante mais recursos que reforma

Mão Santa: pobres serão prejudicados

O governo promoverá o desmonte do serviço público, caso a proposta de reforma da Previdência não seja alterada, advertiu ontem o senador Mão Santa (PMDB-PI). Na sua avaliação, os mais prejudicados serão as camadas mais pobres da população, que são as que mais dependem dos serviços públicos. Ele lembrou que as dívidas com a Previdência alcançam R\$ 175 bilhões e que, se houvesse uma valorização dos fiscais previdenciários, boa parte desse montante poderia ser recuperada, o que representaria uma quantia muito superior ao que se pretende obter com a reforma.

Para mostrar a importância que o funcionalismo possui em países mais desenvolvidos, o senador citou números da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Banco Mundial. No Brasil, a proporção é de 4,7% da população, enquanto o emprego público representa 7,2% nos Estados Unidos; 8,6% no Reino Unido; 9% no Canadá; 14,9% na Suécia; 18,8% na Dinamarca e 19,8% na Noruega.

Mão Santa apontou vários benefícios existentes no setor privado, como seguro-desemprego, aviso prévio e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), entre outros, que o funcionalismo não possui.

Além disso, criticou a falta de contrapartida do governo como empregador no recolhimento aos cofres da Previdência. Ele informou que 43 países entre os 67 considerados mais desenvolvidos apresentam sistemas previdenciários separados, para o setor público e para o setor privado.

Waldemir Rodrigues

José Cruz



Para o senador Romeu Tuma, o Congresso encarna a liberdade que o povo tem de escolher seu próprio destino. O deputado Chico Alencar afirmou que não há Parlamento livre sem representação genuína. A comemoração da data terminou com homenagem da Câmara e do Senado a deputados estaduais, que receberam medalhas

Congresso celebra os 180 anos do Legislativo

O Congresso Nacional comemorou ontem, em sessão solene, os 180 anos de existência do Parlamento brasileiro. Alternaram-se na tribuna, no Plenário da Câmara, os deputados federais Chico Alencar (PT-RJ) e Bonifácio de Andrada (PSDB-MG) e o senador Romeu Tuma

(PFL-SP). Discursaram também o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, e o presidente do Senado Federal, José Sarney. Após a sessão solene, foram entregues medalhas comemorativas, no Salão Negro do Congresso, aos presidentes das assembleias legislativas de todo o país.

Tuma aponta vínculo entre o Parlamento e a democracia

Em nome do Senado, o primeiro-secretário da Casa, Romeu Tuma (PFL-SP), saudou os 180 anos de criação do Parlamento com reflexão sobre o estreito vínculo entre o Legislativo e a consolidação da democracia. Ressaltando o papel da instituição na manutenção da unidade nacional e na defesa da soberania, Tuma afirmou que, por sua própria natureza de representação popular, o Congresso encarna a liberdade que o povo tem de escolher seu próprio destino.

Tuma observou que, desde os primórdios da Independência, o Parlamento marcou presença na história político-administrativa do país. Destacou, por exemplo, a efervescência no cenário político quando houve a abdicação de dom Pedro I em favor de seu filho, dom Pedro II, com apenas 5 anos, e a atuação dos parlamentares pela abolição da escravatura. Lembrou ainda a "mudança de feições" do Parlamento com a Proclamação da República, deixando o mandato senatorial de ser vitalício e inserindo-se o princípio federalista no texto constitucional.

O senador mencionou os momentos de cerceamento do trabalho legislativo, com o fechamento do Parlamento no Império (1823), no Estado Novo

(1937) e durante o regime militar (1964-1985).

– Entretanto, descontados os períodos de exceção, ainda assim o Brasil soma o terceiro maior tempo de atuação do Parlamento, logo após a Inglaterra e os Estados Unidos.

Com a redemocratização, coroada com a promulgação da Constituição de 1988, disse Tuma, ampliaram-se as atribuições do Congresso e se garantiu a abertura de oportunidades de participação popular na gestão político-administrativa. Diante do crescimento da aproximação da comunidade do Parlamento, o senador considerou fundamental a ampliação dos canais de comunicação com a sociedade.

– O fortalecimento do Congresso é, vale dizer, o povo no poder – concluiu.

Tuma falou em nome do Senado na solenidade



Fotos: Gerardo Maggela

RECONHECIMENTO Foram homenageados deputados estaduais de todo o Brasil

Representantes de assembleias legislativas recebem medalhas

Após a sessão solene em homenagem aos 180 anos do Legislativo, os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, entregaram aos 27 representantes das assembleias legislativas do país medalhas comemorativas da data. A solenidade ocorreu no Salão Negro

do Senado. Também foi entregue uma medalha ao representante da Associação Nacional de Vereadores, e lançado selo comemorativo pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

O primeiro deputado estadual a receber a medalha foi o primeiro-secretário da Assem-

bléia Legislativa da Bahia, Vespasiano Santos. A homenagem se encerrou com a entrega da medalha ao presidente da Assembleia Legislativa do Amapá, Lucas Barreto.

Hoje, a partir das 9h, no Auditório Petrônio Portella do Senado, será realizado o Encontro Nacional do Legislativo.

Chico Alencar cobra "bom desempenho"

"Não há democracia sem Parlamento livre, não há Parlamento livre sem representação genuína e autêntica das diferentes expressões de pensamento na sociedade, não há diferentes expressões de pensamento na sociedade sem o povo com cidadania, com educação, com saneamento básico, com terra, teto e trabalho." A afirmação é do deputado Chico Alencar (PT-RJ) durante a celebração, realizada ontem no Plenário da Câmara, dos 180 anos do Legislativo brasileiro.

Na avaliação do deputado, quando o Poder Legislativo fica "reduzido, apequenado e manietado, o autoritarismo predomina". Ele disse que os parlamentares devem entender que, se não se esforçarem no bom desempenho do seu trabalho, de nada adiantará a dedicação de outros parlamentares ao longo da história.

Chico Alencar também registrou que a comemoração da data se dá na mesma semana em que pesquisa encomendada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) revelou

que, das atuais instituições brasileiras, uma das que tem menos credibilidade é o Legislativo.

– Precisamos dizer sempre que o Legislativo é o Poder mais controlado socialmente. Ninguém aqui tem estabilidade ou fez concurso para ficar perpetuamente no posto. A cada quatro anos temos que nos submeter não só ao trâmite interno dos partidos, mas, sobretudo, ao grande vestibular das urnas. Mesmo assim, temos que nos preocupar com nossa representação – afirmou Chico Alencar.

Na sessão que celebrou os 180 anos do Legislativo, José Sarney, presidente do Senado, ressaltou o papel do Parlamento na história do país. Para João Paulo Cunha, presidente da Câmara, o Congresso é "o Poder mais esquadrihado". Já o deputado Bonifácio de Andrada cobrou mudanças no sistema eleitoral brasileiro



Fotos: Geraldo Magela

CAMINHO Segundo José Sarney, é no Legislativo que o país encontrará as soluções para seus problemas

Brasil foi edificado no Parlamento, não em batalhas campais, diz Sarney

Na sessão solene que o Congresso Nacional realizou ontem para celebrar os 180 anos do Poder Legislativo, o presidente do Senado, José Sarney, fez emocionado discurso mostrando que o Brasil foi construído não em batalhas campais, mas dentro do Parlamento. Ele afirmou que, no Congresso, se faz a história do Brasil e, no Parlamento, o povo pode questionar tudo, inclusive o próprio Parlamento.

Sarney foi bastante aplaudido e, antes de encerrar o discurso, lembrou, "com os olhos do tempo", os renomados nomes que fizeram o Legislativo. Entre eles, José Bonifácio, Diogo Feijó, Duque de Caxias, Princesa Isabel, José de Alencar, Joaquim Nabuco, Prudente de Moraes, Aliomar Baleeiro, Franco Montoro, João Amazonas, Luiz Vianna Filho, Milton Campos, Nelson Carneiro, Pedro Aleixo, Talles Ramalho, Ulysses Guimarães e Tancredo Neves.

Sarney disse que "nossa história é a história de homens que defenderam o povo brasileiro". Ele celebrou o fato de o Brasil ter começado instalando

uma assembléia constituinte e construindo instituições civis que se solidificaram ao longo de sua história. Ressaltou que o Congresso é uma Casa acima do tempo e que é dentro do Parlamento "que encontraremos todas as soluções para nossos problemas".

– Aqui, com a simples força das palavras e das idéias, foi sendo construída, pela lei, nossa nação – assinalou.

O presidente do Senado observou que os primeiros legisladores discutiam liberdade de imprensa quando o Brasil não tinha prelo nem imprensa, e debatiam as prerrogativas da magistratura quando o país ainda não tinha Justiça. E lembrou que os primeiros legisladores deliberavam para que ninguém pudesse ser preso, a não ser em flagrante delito, "quando o canhão estava à porta". Conforme Sarney, aqueles constituintes discutiam liber-

dade intelectual quando o poder absoluto e total ainda era de Portugal.

Unidade

Com essas inovações, José Sarney salientou que foi construída uma nação diferente, com "a idéia da unidade nacional de que éramos, e somos, um só país, irmanado num desejo de fraternidade e de superação das diferenças". O presidente do Senado também elogiou a generosidade daqueles constituintes.

– A primeira matéria que os parlamentares resolveram discutir foi o projeto da anistia, da conciliação, da consideração entre nativos e adotivos. Nas memórias, nos anteprojetos de lei preparados para apresentação à Constituinte, a idéia do bem comum é o problema dominante. Idéia que, em suas várias faces, permaneceu e permanecerá no imaginário brasileiro – afirmou.

"Aqui, com a força das palavras, foi sendo construída, pela lei, a nossa nação"

João Paulo: "É o Poder menos compreendido"

O presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, afirmou na solenidade dos 180 anos do Parlamento brasileiro que o Legislativo "é ao mesmo tempo o Poder menos compreendido e o mais esquadrihado". Para ele, há momentos em que se comete injustiça nos ataques feitos ao Parlamento.

– Muitas vezes, de forma injusta, o Parlamento é atacado. Não se pode julgar o conjunto dos parlamentares pela ação de um só. O que precisa é separá-lo do resto – observou.

E quando o próprio Legislativo não exclui esse parlamentar, "o povo o faz, porque é sábio e sabe votar". João Paulo frisou que a origem dos parlamentares brasileiros, com idéias, experiências, grupos sociais e conhecimentos diferentes, é responsável "pela força e pelos feitos" do Congresso.

O presidente da Câmara destacou "o lento e crescente avanço" da representação política no Brasil, desde o Império, ponderando que a Constituinte de 1988 foi o marco desse processo. Lembrando que José Sarney era o presi-

dente da República durante a Constituinte, João Paulo ressaltou que o senador teve "papel preponderante" na feitura da atual Constituição.

O Parlamento, disse João Paulo, sempre teve presença importante nos momentos históricos.



DEMOCRACIA Para João Paulo, avanço da representação política foi lento

– Só no século passado, o Congresso enfrentou duas ditaduras. Apesar de amordaçado, com poderes reduzidos, impedido de falar, legislar e fiscalizar, manteve sua altivez.

Para o presidente da Câmara, o momento em que o Congresso mais se aproximou do povo foi logo após a redemocratização do país no final dos anos 80.

Democracia está em crise, afirma Bonifácio

O deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG) disse que a democracia brasileira vive uma crise de representação política e que a inteligência do país precisa saber adaptar o sistema eleitoral às exigências do momento.

– A democracia clama por novos estatutos. A democracia é, no seu maior mecanismo, a representação do povo – afirmou o deputado na sessão solene.

Para Bonifácio, a representação política sofreu alterações ao longo da história brasileira, sempre atendendo a necessidades de mudança. Ele lembrou que a primeira eleição para câmaras municipais no Brasil ocorreu no início do século 18, quando "se forjaram as lideranças que vieram a representar as regiões com o final do Império". Em 1821, continuou, foi realizada a primeira eleição para deputado.

– O povo juntava-se numa paróquia e escolhia os compromissários, que elegiam os paroquiais. Cabia aos paroquiais eleger os deputados. Era uma eleição indireta em quatro vezes.

O deputado disse que em 1881 reformou-se o sistema eleitoral, que estabeleceu eleição direta para até três deputados por distrito. Com o fim do Império, a República manteve o voto distrital, mas o número de deputados por distrito aumentou para quatro e o eleitor podia votar até quatro vezes num único candidato.

– A Aliança Liberal, que levou à Revolução de 1930, deu uma reviravolta no sistema eleitoral, acabou com o coronelismo antigo e implantou a eleição proporcional nos moldes que persistem até hoje. Em 1946, continuou, foi implantado regime democrático que fortaleceu os partidos.

CPI do Banestado aprova 38 requerimentos e atende STF

■ Comissão pede ao presidente do Supremo agilidade em carta rogatória à Alemanha

A CPI do Banestado, que investiga a evasão ilegal de divisas por meio de contas CC-5, aprovou ontem 38 requerimentos, alguns já votados anteriormente pelas subcomissões do colegiado em diligências realizadas em São José do Rio Preto (SP), São Paulo (SP) e Belo Horizonte (MG).

O presidente da CPI, senador

Antero Paes de Barros (PSDB-MT), explicou que os requerimentos aprovados nas subcomissões precisavam ser votados novamente para atender orientação do Supremo Tribunal Federal (STF), que, por decisão do ministro Marco Aurélio, concedeu liminares a empresários de São José do Rio Preto. Conforme o senador, o STF determinou que os requerimentos só podem ser votados no plenário da CPI e não nas subcomissões.

– O ministro Marco Aurélio deferiu duas liminares em favor de pessoas que estão no foco da CPI. O STF quer assegurar aos investigados o direito de per-

manecerem calados e deporem como investigados e não como testemunhas, como sugeriram os requerimentos de convocação – explicou Antero. Os empresários beneficiados pelas liminares são os donos da Metais Preciosos Antares Ltda., da Únicos Construtora Ltda., da Únicos Comércio e Administração Ltda., da Atlas Factoring-Fomento Mercantil Ltda., da Atlas Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e da Indústria e Comércio de Jóias Costantini.

Carta rogatória

Antero e o relator da CPI, deputado federal José Mentor (PT-SP), acompanhados da se-

nadora Ideli Salvatti (PT-SC), foram recebidos na quarta-feira pelo presidente do STF, ministro Maurício Corrêa. Eles solicitaram agilidade na apreciação do pedido de uma carta rogatória à Alemanha.

Segundo Antero, a CPI revelou que 93 milhões de euros foram enviados irregularmente de Blumenau (SC) para a Alemanha.

– A rapidez no julgamento dessa ação facilitará as relações jurídicas com a Alemanha. Não estamos falando sobre o mérito, que compete apenas ao STF.

A CPI fará diligências nesta segunda e terça-feira em São José do Rio Preto (SP).



DÍVIDA José Maranhão cobrou agilidade nos processos que reparam danos às famílias

Maranhão pede apoio às vítimas da ditadura

O senador José Maranhão (PMDB-PB) criticou ontem, em Plenário, a morosidade da atual administração em resgatar a dívida material e moral que o Estado tem com as vítimas da ditadura militar. Ele disse que essa demora, além de ser lamentável, contribui para prolongar “no tempo as injúrias mais diretas e pessoais que a ditadura infligiu à sociedade brasileira”.

– Não reparar pronta e plenamente esses malefícios da ditadura equivale a um ato de duplicidade com os seus atos – observou o parlamentar, acrescentando que a sociedade não pode esquecer os crimes cometidos, alguns com a eliminação de vidas.

José Maranhão disse que a demora dos processos de reparação pode ser compreendida quando se observa que a Constituição, aprovada há 15 anos, estabeleceu princípios da operação de anistia. Para ele, é inexplicável a “flagrante inadequação” dos mecanismos e recursos que o Estado emprega para resolver as pendências. Conforme o Ministério da Justiça, contou ele, existem cerca de 40 mil processos protocolados e a previsão de finalização de apenas 3 mil por ano.

Ele sugeriu que o ministério eleve de três para nove o número de membros das três câmaras da Comissão de Anistia.

Lobão confia em solução para o campo

O senador Edison Lobão (PFL-MA) elogiou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelas declarações de que a reforma

agrária no Brasil precisa assegurar ao assentado condições de produção e de sobrevivência. Ele manifestou esperança de que o governo, “chefiado por um homem de origem humilde”, tenha sensibilidade para solucionar o problema agrário.

Lobão considerou acertada a decisão de concentrar sob um comando único os projetos sociais, nos quais estão incluídos os trabalhadores rurais, o que, a seu ver, evitará pulverização de recursos e contribuirá para a consolidação de vilas agrícolas por meio de benfeitorias e assistência técnica.



DECISÃO Antero (D), ao lado de Mentor, disse que nova votação seguiu recomendação do Judiciário

Comissão quebra sigilo de donos de empresa

A comissão parlamentar de inquérito sobre o envio irregular de divisas por meio das contas CC-5 aprovou ontem a quebra dos sigilos fiscal, telefônico e bancário de David Kattan, dono da empresa Pai Capital Corporation, juntamente com os sócios. A Pai Capital Corporation é uma empresa *off-shore* com sede nas Ilhas Virgens Britânicas. Ela operava a remessa de dólares para o exterior por meio de outra empresa, a

Beacon Hill, considerada a *holding* dos doleiros sul-americanos, por intermédio das agências do Banestado em Foz do Iguaçu e Nova York.

A CPI também aprovou a convocação de pessoas que devem depor nas subcomissões criadas para realizar diligências em Campinas, Curitiba, Foz do Iguaçu e São José do Rio Preto.

O dinheiro da Pai Capital era depositado na conta da Beacon Hill em Foz do Iguaçu, transfe-

rindo para a agência de Nova York, que então fazia as remessas para a conta da Pai Capital nas Ilhas Virgens. Esta empresa aparece nas bases de dados do Banco Central e do Banestado como remetente de dólares ao exterior.

Na semana passada houve uma operação de busca e apreensão de documentos na sede da Pai Capital. Uma equipe da Polícia Federal aguardava a ordem legal para agir.

José Jorge cobra programa para a alfabetização infantil

A adoção de um programa que garanta a alfabetização infantil no país foi sugerida ao Ministério da Educação pelo senador José Jorge (PFL-PE). Ele comentou que o governo vem “ensaiando alguns passos” para reduzir o analfabetismo

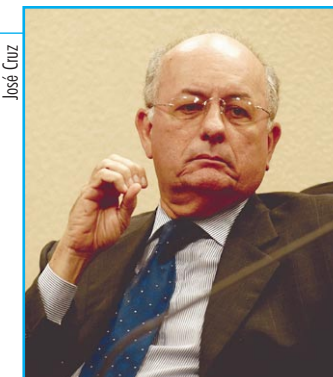
na população com mais de 15 anos, mas não tomou nenhuma iniciativa para atacar o analfabetismo que atinge crianças nas escolas.

– Permeia nos sistemas públicos um alarmante tipo de analfabeto: os funcionais, que

embora tenham escolaridade de vários anos, permanecem não alfabetizados. Este grupo, no meu entender, personifica a deterioração de nosso sistema público de ensino, pois demonstra que chegar à escola não é suficiente para ler e es-

crever – afirmou José Jorge.

Ele destacou algumas experiências que vêm sendo desenvolvidas pelo governo de Pernambuco e por prefeituras administradas pelo PFL visando ao combate do analfabetismo infantil.



José Jorge



Lobão elogia declarações do presidente Lula

COMEMORAÇÃO

O papel exercido pelo legislador municipal em favor da cidadania e do desenvolvimento de suas comunidades foi exaltado no Plenário durante sessão comemorativa do Dia Nacional do Vereador



RECONHECIMENTO Senadores destacam proximidade entre vereadores e cidadãos

Senado homenageia os vereadores do país

A importância dos vereadores e das câmaras municipais, como base do Poder Legislativo e da democracia no Brasil, foi destacada, em Plenário, pelos senadores, durante comemoração do Dia Nacional do Vereador. O presidente do Senado, José Sarney, associou-se às homenagens e afirmou que as câmaras de vereadores foram as primeiras representações populares do país e mantêm papel de destaque até hoje.

A proximidade do vereador com o cidadão foi outra característica desses representantes da população registrada pelos senadores que se manifestaram

na sessão. De acordo com os oradores, são os legisladores municipais que têm contato direto com o cidadão e sabem dos problemas da cidade.

O Dia Nacional do Vereador é comemorado no dia 1º de outubro. A homenagem tardia foi justificada pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), de quem partiu a iniciativa, para relacionar o evento às comemorações dos 180 anos do Legislativo brasileiro. José Sarney, o 2º vice-presidente Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) e a senadora Heloisa Helena (PT-AL) elogiaram a iniciativa de Romeu Tuma

ROMEU TUMA

Contribuição ao exercício da cidadania

Autor do requerimento da homenagem, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) registrou que os vereadores são a raiz do Poder Legislativo e responsáveis pela tradição democrática no Brasil.

– De todos os políticos, são os vereadores que mantêm mais estreita vinculação com os eleitores. São eles que zelam pelo bem-estar de nossas populações, produzindo o ordenamento jurídico municipal, necessário ao legítimo exercício da cidadania – afirmou Tuma.

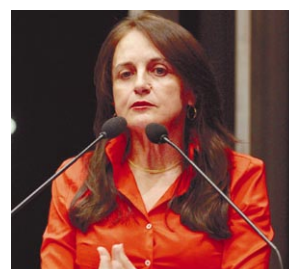


SERYS SLHESARENKO

Mulher deve disputar poder municipal

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) dirigiu um apelo às mulheres para que disputem, “de igual para igual com os homens”, o poder municipal. Ela argumentou que a população feminina representa 52% da população.

Serys defendeu o fortalecimento do poder local, que, salientou, além de competência para decidir, precisa de mais recursos, especialmente no momento em que a reforma tributária está em discussão no Senado.



VALDIR RAUPP

Pleitos na reforma tributária

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) aproveitou a homenagem aos vereadores para defender os pleitos dos municípios na reforma tributária. Ele pediu maior participação da prefeituras na distribuição de recursos.

Raupp destacou que os municípios vêm assumindo uma importância cada vez maior, responsabilizando-se pelo ensino fundamental e pela oferta de serviços na área da saúde. Isso torna mais relevante o papel dos vereadores, salientou.



EFRAIM MORAIS



Mais dinamismo a partir da Carta de 1988

O senador Efraim Morais (PFL-PB) disse que, com a entrada em vigor da Constituição Cidadã, há 15 anos, os legislativos municipais passaram a apresentar melhor desempenho.

Ao detalhar a história dessas instituições, Efraim afirmou que, no período colonial, elas se tornaram focos de resistência ao domínio português. Detacou que, após a Proclamação da República, as câmaras municipais foram os únicos órgãos que perduraram.

LEONEL PAVAN

Fiscalizador da administração pública

Falando em nome do PSDB, o senador Leonel Pavan (SC) afirmou que todos os vereadores, independentemente do lugar onde atuem, têm igual valor e importância para a política do país.

Pavan ressaltou o papel de fiscalizador da administração pública desempenhado pelos mais de 100 mil vereadores existentes no país. Segundo o representante catarinense, a maioria dos problemas nacionais terão solução a partir dos municípios.



LUIZ OTÁVIO



Apoio do sistema de comunicação do Senado

Segundo o senador Luiz Otávio (PMDB-PA), o Interlegis e os veículos de comunicação do Senado estão contribuindo para melhorar o relacionamento da Casa com as câmaras municipais.

Ele lembrou que mais de mil câmaras estão ligadas virtualmente ao Senado, por meio do Interlegis, e disse que os veículos da Casa estão muito bem organizados. Ele elogiou a iniciativa do presidente do Senado, José Sarney, de desenvolver esse sistema de comunicação.

EDUARDO S. CAMPOS

Pára-choque da política nacional

Recorrendo à linguagem popular, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) classificou os vereadores como verdadeiros “pára-choques da política nacional”.

Eduardo afirmou que não há legislativo mais representativo que o municipal, “endereço mais conhecido de todas as cidades do país”. Disse que foi em uma câmara municipal, em 1965, que o então vereador José Wilson Siqueira Campos, seu pai, começou a lutar pela criação do Tocantins.



NEY SUASSUNA



Solução dos problemas da comunidade

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou que os vereadores “constroem o edifício político que culmina no Congresso Nacional”.

– Eu não podia me furtar à homenagem aos nossos vereadores. A vida de político não é fácil. Na verdade, os políticos compram os problemas alheios e lutam para solucioná-los. O vereador é a linha de frente, é o que está ali, o que mora ao lado, a primeira linha desse embate. Não é fácil a vida de um vereador.

HERÁCLITO FORTES

Tijolos do edifício da democracia

Na opinião do senador Heráclito Fortes (PFL-PI), os legisladores municipais são “tijolos indispensáveis no edifício da democracia”. O senador lembrou que, ao exercerem seus mandatos, os vereadores legislam, fiscalizam e articulam os interesses locais.

Heráclito Fortes destacou ainda que esses legisladores atuam na base mais concreta da sociedade brasileira e cobrou a regulamentação da previdência específica dos vereadores.



Congresso amplia número de emendas ao Orçamento

Acordo na CMO também prorrogou até quarta-feira prazo para apresentação das propostas

O Congresso Nacional aprovou projeto de resolução que garante às bancadas dos estados com mais de 18 parlamentares (15 deputados e três senadores) a apresentação de três emendas a mais ao Orçamento da União, perfazendo um total de 23 propostas. Os estados com 11 parlamentares (oito deputados e três senadores) terão

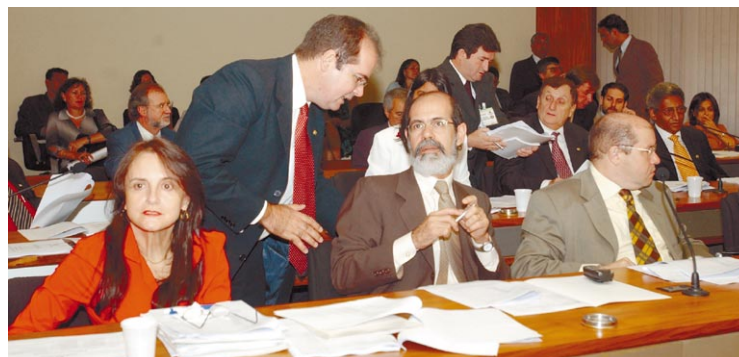
direito a 18 emendas. E os estados com mais de 11 parlamentares poderão apresentar, além das 18 emendas, uma proposta adicional para cada grupo completo de dez parlamentares da bancada que excederem a 11 parlamentares.

O acordo que garantiu a aprovação da decisão foi fechado entre os senadores Amir Lando (PMDB-RO) e Sérgio Guerra (PSDB-PE) e o deputado Ricardo Barros (PP-PR). Todas as emendas excedentes terão que ser aprovadas por dois terços de cada bancada. O prazo para apresentação de emendas foi prorrogado até a próxima quarta-feira, conforme acerto entre

o presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), e os coordenadores de bancada dos partidos com assento no colegiado.

Créditos suplementares

A CMO aprovou R\$ 14,36 bilhões em créditos suplementares ao orçamento deste ano, destinando recursos aos Ministérios da Previdência Social; de Minas e Energia; dos Transportes; e das Comunicações. Os parlamentares também decidiram abrir créditos especiais para a Petrobras e para as Justiças Federal e Eleitoral.



DEFINIÇÃO Comissão de Assuntos Sociais aprovou ontem as emendas que apresentará ao Orçamento da União e ao PPA

Recursos para serviços de água e Rede Sarah

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) definiu ontem as emendas a serem apresentadas à proposta orçamentária de 2004 e ao projeto do Plano Plurianual (PPA) referente aos anos de 2004 a 2007. As cinco emendas ao projeto de Orçamento da União totalizam R\$ 660 milhões. Entre elas, está a que destina R\$ 200 milhões para a implantação de serviços de água em cidades com até 30 mil habitantes.

Como ocorre todos os anos, a Rede Sarah de Hospitais foi contemplada com recursos previstos em emendas da comissão, desta vez com R\$ 150 milhões. Também foi aprovada a emenda para atender pessoas em estado de vulnerabilidade social e portadores de deficiência física. Os membros da CAS acolheram ainda uma sexta emenda, da senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), reservando R\$ 60 milhões para apoiar

crianças e adolescentes exploradas sexualmente.

Ar crianças e adolescentes exploradas sexualmente. Ao projeto do Plano Plurianual, a comissão aprovou, tomando por base o relatório do senador Osmar Dias (PDT-PR), outras cinco emendas, entre as quais a que concede R\$ 100 milhões para a construção, ampliação e modernização de centros públicos de apoio a crianças e adolescentes em situação de risco. O total de recursos aprovados foi de R\$ 620 milhões.

Mercosul

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul aprovou duas emendas ao projeto de Orçamento, com o objetivo de obter recursos para promoção de eventos culturais nos quatro países do bloco – Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai – e para o Parlamento do Mercosul, ainda a ser criado. Foi aprovada a proposta de recursos de R\$ 200 milhões para a cultura.



ENTENDIMENTO Acordo permitiu que projeto de resolução fosse aprovado por senadores e deputados

Lúcia Vânia: CAS não foi considerada

A presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), classificou de "indelicadeza" a decisão da liderança do governo de não convidá-la para participar de reunião que concluiu pelo envio ao Congresso Nacional de medida provisória (MP) destinada a garantir recursos para deficientes que estudam em entidades de assistência social.

– A liderança do governo desprezou o trabalho que esta comissão vem realizando em defesa dos deficientes – protestou Lúcia Vânia.

Segundo informou a senado-



INDELICADEZA Para Lúcia Vânia, liderança do governo deveria ter convidado comissão para discutir MP que destina recurso a deficiente

ra Ana Júlia Carepa (PT-PA), a liderança do governo não tratou a presidente da CAS com indelicadeza, mas sim optou por convidar o presidente da Comissão de Educação (CE), senador Osmar Dias (PDT-PR), uma vez que foi nesse órgão técnico que o projeto tramitou.

Transgênicos

A CAS aprovou requerimento de Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) para realização de audiência com pesquisadores da área de biotecnologia sobre transgênicos. O debate, com data a ser marcada, ocorrerá em conjunto com a CE.

Paim aplaude medida que beneficia alunos deficientes

Apesar de considerar que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva passou por um desgaste desnecessário ao vetar o projeto de lei que destinava recursos do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef) a entidades que cuidam da educação de pessoas portadoras de deficiência, o senador Paulo Paim (PT-RS) se disse ontem feliz com o anúncio do governo de que, até a próxima semana, vai editar medida provisória (MP) negociada com os parlamentares para disciplinar o assunto.

Para Paim, o veto foi um erro dos ministérios ligados à área,

já que o Congresso aprovou por unanimidade o projeto. O equívoco se soma, na opinião do senador, a outros cometidos pelo governo, como no caso da MP dos transgênicos, da MP que aumenta a alíquota da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da tramitação da reforma tributária.

Paim declarou-se orgulhoso de trabalhar com cinco pessoas portadoras de deficiência em seu gabinete, três delas cegas. Seu pronunciamento recebeu apoio de Ana Júlia Carepa (PT-PA), Ideli Salvatti (PT-SC), Romeu Tuma (PFL-SP) e Mão Santa (PMDB-PI).

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma, Mão Santa e Augusto Botelho